

Ata da Décima Nona Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia vinte e três de abril, do ano de mil, novecentos e noventa e seis.

No dia vinte e três de abril do ano de mil, novecentos e noventa e seis, sob a Presidência do Senador Dr. Silviano da Rocha e com a ocupação da Câmara Secretaria pelo Senador Luiz Antônio de Melo e Otávio, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, se fizeram a chamada regimental os seguintes Senadores: Adailton Pinto de Andrade, Dr. Bessa de Lages, Alfredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio Carlos Pereira da Cunha, Antônio Carlos de Carvalho Brandão, Dirceu Pereira da Silva, Eduardo Corrêa Kita, Joaquim Schmidt, Marcos da Rocha Mendes, Osman Samaria da Silva, Orlando da Silva Pereira, Silas Rodrigues Bento e Valdir Maurício de Aguiar Neto. Fazendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. Faz seguir seu lida e aprovada a Ata da Décima Oitava Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio. Após o cumprimento do rito regimental, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário que procedesse a leitura do Expediente

e da Ordem do Dia registrados na Pauta e fixados no portal da Câmara. Sessinada a leitura da Pauta, o Senhor Presidente pôs queim a Tribuna aos Senadores inscritos em libra próprio. Não havendo dia deles inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos ao progresso dedicado a Ordem do Dia. Nesta etapa foram apreciadas as seguintes matérias: leia o Ofício nº 182/96, que encaminha o Balancete das Receitas e Despesas do Município de Janaúba dos Búzios, referente ao mês de fevereiro de 1996; leia o Ofício nº 199/96, que encaminha a 'pensagem' nº 014/96 para apreciação desta Casa Legislativa; leia o Ofício nº 200/96, que encaminha a 'pensagem' nº 015/96 para apreciação desta Casa Legislativa. Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 010/96, oriundo da Poder Executivo nº 014/96, que visa permitir através de licitação, a alienação de uma área localizada à 'Lua Dourada de Lajes', nº 29, em nome de Paulo César Gonçalves e outros. Encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 011/96, oriundo da 'Pensagem Executiva' nº 015/96, que visa permitir através de licitação, a alienação de uma área localizada à 'Lua 09, Quadra 09, lote 03, bairro Parque Brilé, em nome de Noacip da Costa Moreira. Aprovado o Projeto de Resolução nº 002/96 de autoria da Mesa Executiva, que dispõe sobre criação de uma vaga de Chefe do Setor de Limpeza, na tabela IV da Resolução nº 409, de 17/108/95, Encaminha

Faz

do à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 012/96, de autoria do Deputado Dirceu Pereira da Silva, que veta o uso de cigarro em repartições públicas, banheiros, escolas, hospitais, ônibus, etc., no Município de Cabo Frio e das outras províncias. Encaminhado à Comissão de Finanças Final o Projeto de Lei nº 046/95; oriundo da Mensagem Executiva nº 020/95, que dispõe sobre o regime de adiantamento e das outras providências. Encaminhado à Comissão de Finanças Final o Projeto de Lei nº 045/96, oriundo da Mensagem Executiva nº 021/96, que visa a criação do Fundo Municipal de Assistência Social. Encaminhado à Comissão de Finanças Final o Projeto de Lei nº 003/96, oriundo da Mensagem Executiva nº 008/96, que visa permitir a investaiva de uma área pertencente ao patrimônio municipal, localizada à Rua Capitão Augusto Calvano, nº 96, bairro Paulim, em nome de José Bento Leite Costa. Encaminhado à Comissão de Finanças, Orçamento e Alimentação o Projeto de Lei nº 005/96, oriundo da Mensagem Executiva nº 025/95, que cria o Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências; Encaminhado à Comissão de Obras e Serviços Públicos o Projeto de Lei nº 007/96, oriundo da Mensagem Executiva nº 019/95, que autoriza o Deputado Marco da Rocha Mendes, que passa a denominar-se Jean Guillarme, a atual sua fúria localizada entre as Ruas Antônio e N.S. Aparecida, Bairro Parque Central, 1º Distrito de Cabo Frio. Encaminhado à Comissão

de Redação final o Projeto de Lei nº 052/95, oriundo da Mensagem Executiva nº 023/95, que estabelece a obrigatoriedade de afixação de placas indicativas das principais informações de interesse público nas obras particular e dá outras providências. Encaminhando a Comissão de Edacão final o Projeto de Lei nº 053/95 oriundo da Mensagem Executiva nº 024/95, que veda o fechamento de varandas e balcões das edificações multifamiliarres e dá outras providências. Encaminhando a Comissão de Edacão final o Projeto de Lei nº 054/95, de autoria do Senador Antônio Carlos de Carvalho Mendonça, que passa a denominar Zélia Cardoso da Fonseca, a sua sem saída com inicio na Avenida Isidira Cardoso da Fonseca, paralela à Rua Felis Láldido Cardoso, Bairro Votor do Parque. Não havendo mais matérias para serem apreciadas neste segmento o Senhor Presidente encaminha a Sibuma para Explicação Rescal. Obteve a Sibuma em Explicação Rescal o Senador Alfredo Teixeira Braga, fazendo um libelo contra o massacre dos "sem-tudo" ocorrido no Rio, tecendo duras críticas ao Governo Federal por sua omissão, e assim mais uma vez o Brasil mostrava a sua realidade de País que não respeitava os direitos humanos. Disse que ocorrava a Sibuma não apenas para mostrar sua revolta contra a morte de pessoas humildes, mas para mostrar que na história do Brasil os interesses econômicos, os interesses latifundiários estavam imunizados como poderes no Senado.

Ano 9

no Congresso Nacional, e assim, apontados contra os "sem terra". Lembrou o Senhor Fernando Henrique Cardoso, nas escrachadas da Universidade de Campinas, fazendo a defesa dos excluídos, fazendo a batalha contra os que não queriam praticar a reforma agrária, e eleita Presidente não teve a dignidade de cumprir com seu compromisso, com seu discurso, indicando para o Ministério da Agricultura um homem ligado aos latifundiários e banqueiros, pedindo o Senhor Francisco Raziano à única pessoa identificada com a causa dos sem terra. Agora não tiveram sido apenas os militares a praticarem tal genocídio como o do Pará, mas os Senhores da terra, os donos de madeiras, os donos das terras de asfalto. Falou ser mais do que necessário a partilha da terra como dizia a palavra de Deus, e se fosse diferente não era coisa de Deus; Observando que agora a Igreja Luterana do Brasil se colocava ao lado de tal luta, da mesma forma as igrejas protestantes, exigindo justiça no campo, exigindo uma solução para a reforma agrária. Disse que em Cabo Frio a questão da terra era muito grave, e que na Estrada do Arpoador, em todo seu extenso era grande o número de portarias demarcando propriedades daqueles que já eram poderosos e por onde só entravam camionetes do arroio, e por, em área de reforma agrária no município, e assim ficava potente a embaixada do governo federal. Falou do cur-

tes anunciados pelo Governo para o assentamento de famílias, cerca de quarenta mil cruzados por família, quando se tinha conhecimento que governos municipais faziam tais assentamentos a custo bem inferiores. Arescentou que na omissão do Senado cumprava o Município de Cabo Frio atuar também na área de assentamentos, o que infelizmente não ocorria, embora fosse constitucional. Remontou que a tragédia de Baixacópeba não tivesse sido a mesma atuação, a exemplo de que ocorrera com o trágico fim dos Namorados de sassanas, pelo poder que estava incrustado nos formadores de opinião na imprensa de forma geral, no que encorrou sua fala. Aí agiu, ocupou a tribuna em Explicação Resposta, o Senador Dilli Sevila da Silva falando inicialmente sobre o discurso do Deputado Alcides Barreto, com relação ao massacre dos trabalhadores "sem terra" no Brasil, com o Brasil se transformando no lar dos massacres, lembrando os episódios da Canudos, de Siqueiros Geral, de Parandiru, entre outros morticínios registrados recentemente e que só enchiham de tristeza e lâgrimas a família brasileira. Disse que quando abordava a questão dos "sem terra" ficava particularmente sensibilizado, ali por ser filho de lavrador e por ter vivido aos doze anos de idade, um triste passo por sobre a casa de seu pai, e desfundo sua plantação no Aracá, assim era um homem marcado por tal infâmia de violência e injustiça, o que violentaria

na infância. Disse que o massacre de Paracá pôria, por certo, não traumatizar centenas de pequenos brasileiros, arrestando em suas memórias pela violência sem limites que assolava no campo em todo o Brasil. Sobre os compromissos assumidos pelo presidente Lula, demandas Henrique Cardoso, entre elas a reforma agrária, priorizando a participação dos excluídos, e lamentavelmente a realidade se mostrava outra, visto a ocorrência de fatos degradantes para o ser humano e a completa omisão do Governo Federal. Comentou sobre entrevista do senhor Jônio Althayde, que se auto denominava proprietário das áreas de fazenda e fazendinha, na Eco Nô, falando sobre tratados firmados que ameaçam os trabalhadores que há várias gerações produziram nas terras de fazenda e fazendinha, alegando o dito proprietário que os trabalhadores não aceitavam propostas que eram oferecidas, ou seja, cem mil metros quadrados para cada trabalhador rural, e que assim a qualquer momento os trabalhadores pediriam seu imposturado por um tratado. Disse que alguma ação deveria ser adotada, pois a qualquer momento podia ocorrer mais uma tragédia, pretendendo negativamente o Município de Cabo Frio. Falou da importância do poder Executivo Municipal, que poderia participar de tal conflito, como instrumento conciliador dia vinte e quatro de abril. A seguir convidou a todos os Sevadores para sua quinta-feira, às quinze horas, no Bloco

rio da Câmara participarem da reunião promovida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Casa, e denominada pelo Ministério da Fazenda como Sessão Caravana do Consumidor de Estado do Rio de Janeiro. Disse que participaram do evento autoridades da Unibras, através da Dra. Muriel Liseire, Delegada do órgão no Estado do Rio, do Juiz, por sua Consideração Geral, Dr. Sônia Carvalho, do representante do Ministério da Justiça em Brasília, Dr. Henrique Fumbeiro, do Secretário de Desenvolvimento Econômico do Ministério da Fazenda, Dr. Orlando Shemel e assim autoridades de expressas no contexto da nação e do Estado pela primeira vez estiveram participando em Cabo Frio de tal evento.

Sorocentou que paralelo à reuniões da Câmara Fiscal da Unibras e do Departamento Nacional de Combustíveis estaria atuando no perímetro do Município em ações fiscalizatória, e que às dezessete horas, no Salão da Câmara, finalizando, haveria um grande debate, pelo que considerava tecer a sociedade cabofriense, em torno de seus segmentos representativos e a imprensa escrita, falada e televisada disse ainda que as ações desenvolvidas pela Comissão de Defesa do Consumidor procurava sobretudo dignificar a Câmara e ao Município através dos seus cidadãos e assim via com muita satisfação que os seus trabalhos atingiam a merecida culminância em atividades supra-partidárias, que refletiam o respeito e dedicação de todos os Senadores,

ns que encerra sua fala. Não havendo
mais oradores para o uso da Tribuna em
Expedição Escolar, o Senhor Presidente en-
cerrou a Sessão em nome de todos. E pa-
ra constar, manda que se lancesse a
presente Ata, que depois de lida, subme-
tida à apreciação plenária, aprovada,
será assinada para que produza seus
efetos legais

~~Ata da Sessão Extraordi-
nária da Câmara Munici-
pal de Cabo Frio, reali-
zada no dia vinte e
três de abril do ano de
mil, novecentos e no-
ta e seis~~

A desenove horas do dia vinte e três
de abril do ano de mil, novecentos e no-
ta e seis, sob a Presidência do Serrador Antônio
Silva da Rocha e com a ocupação da Presi-
dência da Secretaria pelo Serrador Luiz Antônio
de Melo Lotas, reuniu-se Extraordinariamen-
te a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além
disso responderam à chamada regi-
tal os seguintes Serradores: Adailton Pinto
de Andrade, Júlio Bessa de Figueiredo, Al-
fredo Luiz da Rocha Barreto, Antônio
Carlos Ferreira da Cunha, Antônio Carlos
de Carvalho Serrado, Dilei Ferreira da Sil-